

27 ABR 1988

O desafio da dívida externa

O ministro Mailson da Nóbrega resolveu fazer no Senado sua explanação sobre a marcha da renegociação da dívida externa. A escolha não foi fortuita, pois foi ali que se constituiu uma comissão para estudar o assunto, embora também ali se encontrem os principais adversários da orientação do governo, que tratam de situar a questão no terreno ideológico, contrapondo-se à posição em que se colocam os bancos credores estrangeiros.

A exposição do ministro foi bastante didática, pois inseriu a questão da dívida em seu contexto histórico, sem desvinculá-la das contingências que os negociadores brasileiros têm de enfrentar no dia-a-dia. Usando de habilidade, o ministro da Fazenda absteve-se de condenar a moratória, que inúmeros senadores defendem, e cuidou de convencer os ouvintes de que, para surtir efeito, tal medida deveria ser seguida imediatamente da renegociação, de modo a deixar claro que a suspensão dos pagamentos não resultava do desejo de confrontação, mas da impossibilidade absoluta de atender aos compromissos assumidos, uma vez que o plano cencebido pelo secretário do Tesouro norte-americano

no havia sido relegado pelos bancos comerciais. Durante os debates que se travaram, porém, o ministro não deixou de frisar que o País pagou pela moratória um preço bem alto, que estimou em 5,2 bilhões de dólares.

O ministro Mailson da Nóbrega possui senso de realidade. Sabe que a comunidade financeira internacional ainda não encontrou a solução que se poderia considerar perfeita para o problema da dívida externa e que, a despeito da variedade das soluções possíveis, dificilmente se poderia resolvê-lo por meio de uma renegociação convencional. A prazo mais longo, poder-se-ia conceber uma solução mais aceitável, envolvendo mais diretamente os governos dos países dos bancos credores, que logo terão de enfrentar o problema da queda da rentabilidade dos bancos que concordaram em reduzir o spread ou admitiram um deságio.

Por isso, cabia ao ministro expor os resultados de uma renegociação convencional, em que ambas as partes têm de abrir mão de algumas reivindicações, e que não foi além das grandes linhas traçadas pela

equipe que iniciou a renegociação, ao tempo em que o sr. Luiz Carlos Bresser Pereira geria a pasta da Fazenda. Com inteira clareza, o ministro da Fazenda apresentou os resultados obtidos até agora, muitos dos quais eram já conhecidos (embora sem certos detalhes que forneceu), mas quantificando as vantagens até agora conseguidas. O fato de os credores não exigirem juros moratórios (juros sobre juros) representa uma economia de 300 milhões de dólares, nada desprezível. O pagamento semestral de juros, já em 1988 — e não mais trimestral —, proporcionará ao País uma economia de caixa de 600 milhões de dólares. O novo spread, de janeiro de 1988 a junho de 1989, representará uma economia de 916 milhões de dólares, certamente significativa em razão das dificuldades na obtenção de refinanciamentos. Com uma dívida de 63,6 bilhões de dólares, consolidada pelo período de 20 anos, com oito de carência, o País irá fazer, sem qualquer ônus monetário, uma economia da ordem de 2,5 bilhões de dólares. O compromisso atinente às linhas de crédito pelo período de dois anos e meio também traz alguma tranquilidade ao Brasil, que, para sustentar seu comércio exterior, de-

pende grandemente desses financiamentos.

O ministro da Fazenda encareceu o significado de um acordo com o FMI, mas fez ver que, com ou sem o concurso do organismo internacional, o Brasil terá de executar seu programa de ajustamento. A vantagem do acordo com o FMI é que abre ao País as portas de vários outros organismos, como o Banco Mundial e o Clube de Paris, cujos recursos lhe permitiriam alcançar a meta da retomada do desenvolvimento.

Mais importantes parecem-nos, porém, as conclusões da alocução do ministro perante os senadores. Não sustentou ele idéias revolucionárias, mas tratou de demonstrar que ao Brasil convém encontrar, em seu relacionamento com os bancos credores, uma posição entre o conformismo e a confrontação. Mas é necessário, sobretudo, que o País reconsidera o papel do Estado na economia e a estrutura de financiamento da economia nacional, que exige participação muito maior da poupança interna, que deve ser estimulada. É esse, certamente, o preço da independência e segurança maiores, com a certeza de retomar com firmeza o crescimento.